



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 017/2012
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e doze, as 09h e 40 min (nove
8 horas e quarenta minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai,
9 277 – 6º andar, a tricentésima quadragésima sexta reunião do Conselho de Administração.
10 Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fatima
11 Regina Carlos Saikoski como Secretária. Estiveram presentes os conselheiros titulares:
12 Adelto Rohr, Alexandre Salgado Marder, Eduardo Kreuzer, Eros Miguel Sadowoy
13 Martins, Francisco José Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de
14 Jesus, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Marisa Ney Santos de Pinho,
15 Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima
16 Mousquer e os conselheiros suplentes: José Marcelino Heck e Manuel Roberto Escobar.
17 Justificou ausência o conselheiro: Alexandre Dias Abreu. Aberta a sessão, o Presidente
18 solicitou a leitura da Ata nº 016 da sessão do dia 19/06/2012 e em ato contínuo colocou-a
19 em discussão. O conselheiro Rigotti complementou sua fala na linha 209 e os conselheiros
20 Sérgio Brum e Marilena propuseram retificações nas linhas 105 e 106. Após as
21 manifestações dos conselheiros a ata foi aprovada. Logo a seguir foi disponibilizado
22 espaço aos conselheiros para apresentação de informes. A conselheira Sueli trouxe três
23 informes, sendo eles: 1- dia 26/06 às 14h ocorrerá no SIMPA palestra “proteção ao idoso”,
24 direcionada aos servidores e aposentados; 2- dia 28/06 às 11h ocorrerá no Paço Municipal
25 ato público em função da sindicância contra oito diretores de escolas municipais que
26 apoiaram a paralisação durante o movimento da data base, sendo a 1ª vez na história da
27 Prefeitura que ocorre este tipo de represália aos trabalhadores; 3- dia 29/06 das 09h às 12h
28 ocorrerá no Plenário Otávio Rocha da CMPA o II seminário – Assédio Moral no contexto
29 de trabalho e será palestrado pela Drª Margarida Barreto. O conselheiro Rigotti informa
30 que dia 03/07 participará em Brasília – DF do seminário sobre pensões e os modelos de
31 previsão no Continente Americano e no Caribe, com ênfase nas regras de aposentadoria e
32 os reajustes de benefícios. O conselheiro Ricardo informa que dia 03/07 haverá na ASTEC
33 assembleia geral dos técnicos de nível superior com a primeira chamada às 18h15min e
34 segunda chamada às 18h30min. Na seqüência passou-se ao primeiro item da ordem do dia.
35 O Presidente sugere a direção geral do PREVIMPA que antes de enviar o cálculo atuarial
36 ao MPS este seja encaminhado ao colegiado para atendimento ao disposto no inciso XII –
37 artigo 8º da Lei 478/02. O conselheiro Brum questiona quanto ao percentual de zero por
38 cento, mencionado no Regime de Repartição Simples apresentado no cálculo atuarial,
39 sendo respondido pela conselheira Fatima que é por ser Regime de Caixa. O conselheiro
40 Rigotti explica que o Regime de Repartição Simples também é chamado de Sistema
41 Financeiro e que o Regime Previdenciário é chamado de Capitalizado e é exigido pelo
42 MPS que este tenha cálculo atuarial. O conselheiro Brum reporta-se ao crescimento do
43 salário citado em 2,32%, sendo respondido pelo Conselheiro Rigotti que foi adotado o
44 mesmo padrão de 2,32% dos últimos quatro anos e que pode ser revisto a qualquer
45 momento. A conselheira Fatima diz que no final da sessão passada a discussão foi
46 concentrada em função da discrepância dos resultados do cálculo atuarial deste ano em

47 relação a exercícios anteriores e sugere que o Conselho de Administração formalize um
48 documento acerca de providências para apuração desses resultados a fim de que seja feita
49 uma auditoria pelo menos referente aos três últimos cálculos atuariais. O conselheiro
50 Adolto sugere que sejam revistas às projeções atuariais constantes nas páginas 53 e 54 do
51 Plano Previdência-Cap, pois nota que as projeções estão diminuindo a cada ano parecendo-
52 lhe que a receita prevista não está acompanhando o aumento dos reajustes salariais anuais.
53 O conselheiro Eros reporta-se a fala da conselheira Fatima quanto à sugestão de uma
54 auditoria e diz que como integrante do Comitê de Investimentos sabe que este assunto já
55 foi abordado junto ao Comitê e que a Assessora Jurídica Anelise e a Atuaria Aline estão
56 contatando as empresas que realizaram os cálculos atuarias anteriores em busca de
57 entendimento dos mesmos, sendo assim sugere que primeiramente se aguarde o resultado
58 deste trabalho e caso não haja a resposta adequada então se proceda à sugestão da
59 auditoria. O conselheiro Rigotti diz não ver problemas em o Conselho de Administração
60 sugerir auditoria e quanto à sugestão do conselheiro Adolto esta já foi ponderada junto ao
61 atuário e os valores vêm diminuindo por terem sido feitas projeções para um grupo
62 fechado, em consulta ao MPS este observou que nem a contribuição futura pode ser
63 considerada, ressalta que está sendo feita análise dos últimos cálculos pela Atuária do
64 Departamento sendo recomendado à mesma que apure todos os números e fórmulas usadas
65 nos últimos três anos e caso não consiga encontrar o que ocasionou tamanha diferença será
66 feita uma auditoria incluindo o cálculo atuarial deste ano. Reforça que a sugestão deste
67 Colegiado é boa, mas colocaria como uma recomendação caso não seja encontrado
68 nenhum resultado em função das apurações internas. O conselheiro Brum reporta-se a
69 colocação expressa no cálculo atuarial apresentado: “não considerar novos entrando”. O
70 conselheiro Rigotti diz que esta dúvida já foi questionada ao atuário sendo respondido que
71 o cálculo atuarial é um retrato do momento, por isso deve ser feito anualmente, conforme
72 vai incrementando a massa ocorre a necessidade de realização de novas projeções. O
73 conselheiro Brum faz uma observação de que no mínimo deveria ser estimado por
74 hipótese. A conselheira Fatima pondera sua colocação anterior e a do conselheiro Eros
75 quanto ao trabalho que está sendo realizado pela atuaria e assessora jurídica do
76 Departamento e respaldando a colocação do conselheiro Brum no sentido de que não
77 houve alterações nas exigências e orientações do MPS para realização do cálculo atuarial,
78 desta forma resta ainda mais evidente a necessidade de recomendar a realização de uma
79 auditoria para apurar os motivos e responsabilidades em resultados tão diferentes. O
80 Presidente diz que a ideia de trazer profissionais da área na sessão anterior foi para que este
81 Colegiado dirimisse as dúvidas sobre os resultados encontrados e construísse um
82 direcionamento. Ressalta que a atuaria do Departamento já se manifestou quando disse que
83 acompanhou todos os cálculos e chegou próximo aos resultados apresentados, assim
84 entende que o acompanhamento pela técnica do departamento já aconteceu, com isso
85 endossa a sugestão de auditoria exposta na sessão anterior pelo conselheiro Pedro Martins
86 como viável, ressalta ainda que os próprios atuários que apresentaram o cálculo relataram
87 que fizeram comparativos aos cálculos anteriores. Ratifica sua colocação inicial de que
88 este Colegiado se manifeste pela recomendação ao Departamento em realizar auditoria
89 para apurar as discrepâncias entre os resultados dos cálculos atuariais. O conselheiro
90 Gilmar questiona se o MPS não teria auditores que fizessem uma pré-análise, manifestando
91 sua preocupação frente à necessidade do aumento de alíquota já para o próximo ano
92 questionando ainda se o Governo já tem este conhecimento. O conselheiro Rigotti diz que
93 a atuaria já deu seu aval sobre o cálculo atuarial quando disse que acompanhou os cálculos
94 e chegou próximo aos resultados, ressaltando que a auditagem será deste cálculo e dos

95 demais e que a própria Atuaria está investigando os últimos três cálculos, ressaltando que o
96 cálculo atuarial é usado como meta gerencial e que este trouxe uma instabilidade em
97 relação aos outros e o que está se querendo é entender a discrepância entre os resultados,
98 não sendo descartada a hipótese de auditoria, porém entende que seria prudente aguardar
99 os resultados apurados pelos técnicos do Departamento, acredita que esse resultado deva
100 sair em até dois meses, e em não havendo êxito se tornaria necessária a auditoria. A
101 conselheira Sueli diz que todas as dúvidas devem ser sanadas e que a auditoria pode ajudar
102 a esclarecê-las por isso entende que o prazo deva ser menor do que dois meses. O
103 Presidente diz entender que a ideia do prazo mencionado pelo conselheiro Rigotti é para o
104 Departamento tomar precauções necessárias caso haja necessidade de uma auditoria
105 externa. O conselheiro Manuel diz que analisou o material recebido referente ao DRAA e
106 sua surpresa foi a diferença entre os últimos quatro DRAA ressaltando que fez uma
107 comparação do valor atual dos salários futuros e no último DRAA constatou um acréscimo
108 de mais de 100%. O Presidente volta a dizer que entende que este Conselho deva se
109 manifestar em relação à sugestão de uma auditoria, porém tendo em vista a ideia do
110 Departamento querer esgotar todas as investigações internas para depois passar para o
111 processo de auditoria, sugere que a Secretaria deste Colegiado providencie ofício a
112 Direção Geral e que tenha o seguinte texto: “diante das discrepâncias observadas no último
113 DRAA, recomendamos que a Administração do Departamento proceda à contratação de
114 uma auditoria após o cumprimento dos procedimentos internos”. O conselheiro Alexandre
115 Marder pondera que é importante aguardar o prazo solicitado pelo Departamento para
116 depois dos resultados apresentados avaliar a necessidade de auditoria ou não. O
117 conselheiro Brum apóia a sugestão de primeiro aguardar as investigações dos técnicos do
118 Departamento e sugere ainda que sejam solicitados aos atuários responsáveis pelos
119 cálculos anteriores que venham a este Conselho dar explicações. O conselheiro Gilmar
120 corrobora com o conselheiro Alexandre Marder. A conselheira Fatima pede racionalização
121 dos encaminhamentos tendo em vista que a pauta principal desta reunião ficou prejudicada
122 e foi adiada para a próxima sessão. A conselheira corrobora ainda com a colocação do
123 conselheiro Alexandre Marder e Gilmar ressaltando, porém, que deva ser observado o
124 prazo em que a Atuária irá apresentar o resultado de suas investigações tendo em vista
125 tempo hábil para contratação de auditoria antes de ser contratado o cálculo atuarial para o
126 próximo ano. O conselheiro Pedro Martins manifesta sua opinião a favor de que primeiro
127 seja dado o tempo para que a instituição termine o trabalho de investigação que já iniciou,
128 e depois de apresentadas as inconsistências encontradas se delibere o processo de
129 auditoria. A conselheira Sueli corrobora com o conselheiro Brum em chamar os atuários
130 anteriores neste Conselho para dar explicações. Diante das manifestações e havendo mais
131 de uma proposta, o Presidente coloca-as em votação. 1ª) encaminhar recomendação
132 imediata da contratação de uma auditoria referente ao DRAA dos últimos três anos; 2ª)
133 Apresentação em até sessenta dias pelo PREVIMPA dos resultados das investigações do
134 DRAA dos últimos três anos, findo o prazo em 25/08/2012. A segunda proposta foi
135 vencedora tendo doze votos favoráveis e a primeira proposta teve três votos, sendo que o
136 Presidente registrou seu voto nominal em favor da primeira proposta. Houve uma
137 abstenção. O Presidente comunica a todos que devido ao adiantado da hora o item dois da
138 pauta foi prejudicado, tendo em vista a relevância da matéria não haveria tempo necessário
139 para abordagem nesta sessão, assim foi transferido para a próxima sessão. A conselheira
140 Fatima em nome do Colegiado pediu desculpas a Chefe da ASSEJUR e a Diretora
141 Previdenciária solicitando as mesmas que compareçam novamente na próxima sessão onde
142 será abordado o assunto. O conselheiro Rigotti informou que está sendo concluído o

143 parecer da ASSEJUR em relação ao contrato de locação do 14º andar do prédio 277 da Rua
144 Uruguai onde está se planejando a instalação da perícia médica, ressaltando que a perícia
145 tem prazo legal para ser instalada que é 31/07/2012 e que para atender este prazo e não
146 perder o contrato de locação solicitou que o processo que trata deste assunto possa ser
147 entregue até dia 27/06 a um conselheiro e que este se disponibilize em relatar o mesmo na
148 próxima reunião. O Presidente reporta-se ao conselheiro Rigotti dizendo que cabe a este
149 Presidente deliberar se acata ou não a sugestão de pauta e pede que o conselheiro traga a
150 matéria para pauta na próxima sessão. O conselheiro Rigotti manifesta sua indignação
151 quanto à atitude do Presidente, ressaltando que não vê outra coisa a não ser a má vontade
152 do Presidente e diz ainda que está acostumado a posições sistematicamente contrárias dos
153 Conselheiros Brum e Sueli e que no seu entendimento é uma posição política partidária e
154 registra que a atitude do Presidente em não aceitar o processo antes da reunião do dia 03/07
155 vai criar problemas, diz que em outras gestões do Conselho de Administração o Presidente
156 era sensível a questões administrativas e que a gestão deste Conselho se faz contrária a
157 administração fazendo retaliações políticas e administrativas e que por maior que sejam as
158 dificuldades a Perícia Médica será instalada no Departamento. A conselheira Sueli pede
159 que o conselheiro Rigotti diga claramente em que momento ela é partidariamente contrária
160 à administração do Departamento, exemplifica que no contrato de venda da folha para a
161 CEF participou inclusive em reunião extraordinária devido à urgência que demandava o
162 assunto e que na época ficaram pendentes algumas questões que ainda não foram
163 solucionadas e que em relação à Perícia Médica foi ideia deste Conselho que ela fosse
164 instalada no Departamento. O conselheiro Gilmar propõe que seja feita uma votação para
165 decisão de aceitar ou não a proposta de pauta trazida pelo conselheiro Rigotti. O
166 conselheiro Brum diz que este Conselho é que é desrespeitado pelo Diretor Geral quando
167 este menciona seu nome de forma acusatório no sentido de agir deliberadamente de forma
168 contrária a administração do PREVIMPA e que na qualidade de vice-presidente sugere que
169 seja encerrada esta reunião. O conselheiro Pedro Martins diz que com todo respeito à
170 posição do Presidente da Mesa em não dar encaminhamento à proposta de pauta solicitada
171 pelo conselheiro Rigotti, informa que em consulta ao conselheiro Alexandre Marder,
172 obteve a resposta de que esta matéria já tem parecer jurídico e pede a sensibilidade para a
173 proposição ressaltando que o assunto é extremamente importante ao Departamento, uma
174 vez que implica a implantação da perícia médica, órgão pelo qual os conselheiros também
175 intercederam para sua vinda para o PREVIMPA, conforme expôs a conselheira Sueli. O
176 conselheiro Ricardo corrobora com o conselheiro Pedro Martins, salientando que dentro da
177 Administração Pública, assuntos de urgência devem ser tratados com igual celeridade e
178 pede que o Presidente seja sensível ao pleito e reveja sua posição. A conselheira e
179 Secretária Fatima informa que a reunião está sendo prorrogada. A conselheira Marisa
180 corrobora com o conselheiro Pedro Martins e exemplifica que secretariou o Conselho
181 Deliberativo do DEMHAB por mais de 14 anos e que este tipo de demanda do Diretor
182 Geral era normal. O conselheiro Rigotti diz que não desacatou o Conselho e sim que
183 manifestou sua indignação em relação à atitude do Presidente e que acatou a decisão do
184 mesmo e que nenhuma providência será tomada em relação ao contrato de locação sem a
185 apreciação deste Conselho, salienta que o Conselho de Administração deve ser ágil
186 corroborando com o que foi colocado pelos conselheiros Gilmar e Marisa acrescentando
187 que o atraso poderá implicar no não cumprimento do prazo de instalação da perícia do
188 PREVIMPA, no caso do Presidente não reconsiderar. O conselheiro Manuel diz que tem
189 experiências em tomar decisões que são urgentes e diz que este Conselho têm conselheiros
190 capacitados para analisar o assunto ressaltando ainda que neste momento final em que a

191 Perícia Médica está para ser instalada no Departamento poderá ser prejudicada por falta de
 192 sensibilidade. A conselheira Sueli relata que na última reunião do CORES em que
 193 participou na ATEMPA foi interpelada por vários colegas que a questionaram acerca do
 194 atendimento do PREVIMPA, diz que muitos estão insatisfeitos e propõe que seja pautada
 195 uma reunião com representantes do setor de atendimento para dirimir dúvidas quanto ao
 196 funcionamento daquele setor. O Presidente sugere a conselheira que traga elementos mais
 197 concretos para formação de pauta elencando sugestões e dificuldades encontradas no
 198 atendimento. O conselheiro Eros propõe-se em analisar o processo de contratação do
 199 aluguel para a Perícia Médica. O Presidente diz que a questão não é a de ter conselheiro
 200 voluntário para apreciar a matéria e sim de que o referido assunto ainda não foi recebido
 201 pela Mesa e que o entendimento desta é fazer cumprir o prazo regimental disposto no art.
 202 14 do Regimento deste Conselho. O conselheiro Pedro Martins diz que a instalação da
 203 Perícia Médica tem prazo legal e que este já foi prorrogado uma vez, não podendo ser
 204 prorrogado novamente ressaltando que a Perícia já existe legalmente, porém fisicamente
 205 ainda não. O conselheiro Rigotti ratifica que o prazo final para instalação da Perícia
 206 Médica é 31/07/12. O Presidente diz que até 31/07 ainda têm cinco sessões, o conselheiro
 207 Rigotti diz que para alugar o prédio o Departamento deverá formalizar seu interesse até a
 208 data limite de 03/07, pois após firmar o contrato devem ser feitas algumas adaptações para
 209 adequada instalação da Perícia Médica. O conselheiro Alexandre Marder diz que os prazos
 210 regimentais existem para evitar erros, equívocos, açodamento e sugere que seja possível
 211 passar o processo fora da reunião a um conselheiro e que se este não se sentir açodado
 212 possa fazer o relato no dia 03/07, caso contrário seja prorrogado por mais uma sessão. A
 213 conselheira Marilena diz entender a questão colocada pelo Presidente da Mesa, por outro
 214 lado também há necessidade da urgência da análise do processo, assim propõe uma reunião
 215 extraordinária. A conselheira Marisa sugere que seja distribuído o processo ao conselheiro
 216 que se propôs a recebê-lo e se houver necessidade de formar uma comissão ela se propõe a
 217 participar da mesma. O Presidente diz que há prazo legal para convocar uma reunião
 218 extraordinária e solicita a Secretaria que convoque para quinta-feira dia 28/06/2012 às
 219 09h30min e que a pauta seja “Distribuição do processo 009.003805.11.5 e formação da
 220 Comissão para tratar do assunto: contrato de locação 14º andar do prédio 277 da rua
 221 Uruguai para instalação da Perícia Médica do Departamento”. Devido ao adiantado da hora
 222 e tendo em vista a reunião já ter seu horário prorrogado o Presidente encerrou a reunião às
 223 12h e 10min (doze horas e dez minutos) e determinou que fosse lavrada a presente Ata que
 224 vai ser assinada por mim, Fátima Regina Carlos Saikoski – secretária de Mesa e pelos
 225 demais presentes.

226

227

228

229 Pedro Luis da Silva Vargas – Presidente

Fatima Regina Carlos Saikoski – Secretária

230

231

232

233 Adolto Rohr

Alexandre Salgado Marder

234

235

236

237 Eduardo Kreuzer

Eros Miguel Sadowoy Martins

238		
239		
240		
241	Francisco José Menezes da Silva	Gilmar Cardozo dos Santos
242		
243		
244		
245	Hailton Terra de Jesus	Luiz Fernando Rigotti
246		
247		
248		
249	Marilena Ruschel da Cunha	Marisa Ney Santos de Pinho
250		
251		
252		
253	Pedro Luis Martins	Ricardo Zucareli Pulvirenti
254		
255		
256		
257	Sergio Luiz Brum	Sueli de Fátima Mousquer
258		
259		
260		
261	José Marcelino Heck	Manuel Roberto Escobar
262		